

LOCAL

Na Sé, foi o empreiteiro que protegeu vestígios arqueológicos

Uma parte da antiga mesquita foi descoberta durante as obras de musealização dos claustros, e passaram meses até haver decisões. O novo projecto demorou um ano a ser aprovado

Lisboa
João Pedro Pincha

Vestígios da principal mesquita de Lisboa durante o período islâmico da cidade, até agora inéditos, foram encontrados nos claustros da Sé e estiveram em risco de ser demolidos porque a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) demorou vários meses a tomar decisões sobre eles. Com a indefinição da tutela, por um lado, e a pressão do arquitecto para prosseguir com o projecto aprovado, por outro, coube ao empreiteiro um papel improvável: permitiu a salvaguarda dos vestígios ao optar por suspender os trabalhos no local.

Vários muros, que se julga terem feito parte do complexo da antiga mesquita central de Lisboa, foram identificados durante as obras de construção de um núcleo museológico da Sé que vai ficar instalado nos claustros. As obras iniciaram-se em Fevereiro de 2018 e deviam ter terminado em Abril de 2019, mas não deverão estar concluídas antes de meados do próximo ano.

Um dos motivos para o grande atraso da empreitada é precisamente a descoberta destes muros, que duas arqueólogas da DGPC consideraram fundamental preservar *in situ*, o que originou uma revisão do projecto do núcleo museológico. Mas entre o aparecimento dos vestígios e a aprovação do novo projecto passou um ano.

Segundo o processo oficial da obra e outros documentos obtidos pelo PÚBLICO, entre a primeira identificação dos muros e o pedido da DGPC ao arquitecto para que alterasse o projecto decorreram cinco meses. Sem uma notificação oficial a pedir-lhe que pensasse noutra solução, o projectista disse ao empreiteiro, a construtora espanhola Ferrovial, para manter o rumo seguido até aí, mas este recusou-se. Decorreriam ainda vários meses até que o novo projecto chegasse à DGPC e aí fosse aprovado

– isso só aconteceu há dois meses.

Uma nota técnica elaborada pelas duas arqueólogas da DGPC que acompanham a obra, Alexandra Gaspar e Ana Gomes, que há muitos anos trabalham sobre a Sé, refere que os muros estão “bem preservados” e faziam parte de “um edifício público monumental que, pelas suas características morfológicas, corresponde ao complexo da mesquita principal da Lisboa muçulmana”.

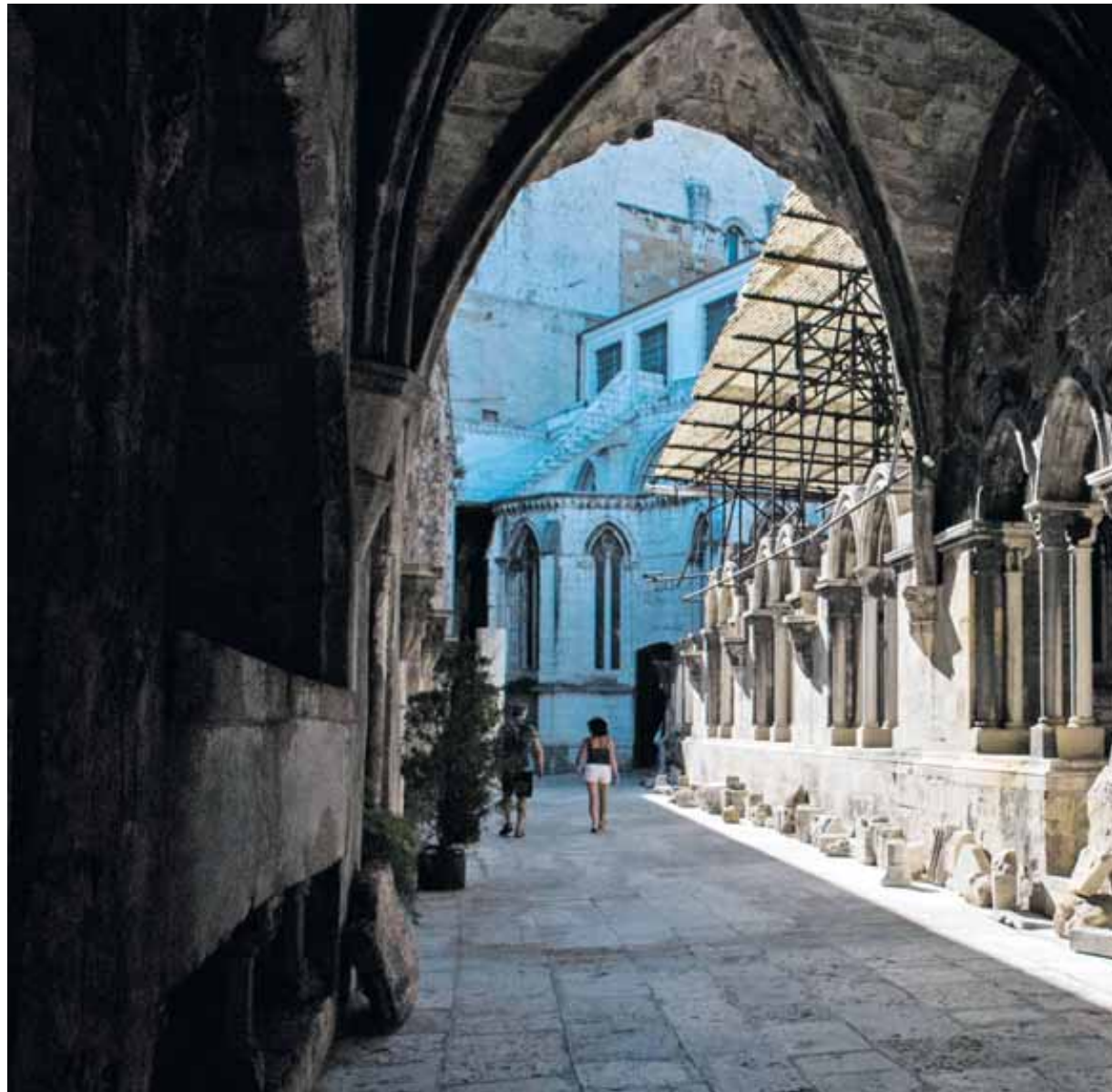
Há muito que foram encontrados vestígios islâmicos nos claustros da Sé, mas as arqueólogas sublinham a importância destes: “Pela primeira vez, foi possível identificar um conjunto de estruturas possíveis de ser associadas à mesquita aljama de Lisboa”, que terá funcionado ali até à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147. “Trata-se de um conjunto único na cidade e em Portugal, de grande valor patrimonial, sendo primordial e indispensável a sua preservação e musealização.”

E reforçam: “Tendo em conta a monumentalidade, o carácter único e o valor patrimonial do edifício agora posto a descoberto (...), todo este complexo deverá ser conservado e musealizado, devendo ser integrado na área museológica e em parte na área arqueológica, valorizando todo o projecto”.

O desenho do núcleo museológico e de recuperação dos claustros é do arquitecto Adalberto Dias, escolhido pelo Cabido da Sé. Inicialmente, previa a construção de um edifício com dois pisos junto ao paredão sul, no local onde apareceram os muros. O projecto revisto contempla “a supressão e reposicionamento de alguns espaços, a recolocação de escada, a diminuição significativa dos espaços expositivos e ainda a revisão de fundações e estruturas e demais instalações especiais”, explicou o arquitecto ao PÚBLICO.

Meses de impasse

Os muros foram identificados em Setembro de 2018. Cerca de dois



“Trata-se de um conjunto único na cidade e em Portugal, de grande valor patrimonial, sendo primordial e indispensável a sua preservação e musealização”, dizem as arqueólogas

meses depois, com a escavação já mais adiantada, as duas arqueólogas da DGPC emitem a nota técnica a defender a preservação integral das estruturas. O documento entra oficialmente no sistema informático da tutela a 4 de Dezembro. Mais de um mês depois, a 18 de Janeiro de 2019, o chefe da Divisão de Salvaguarda de Património Arquitectónico e Arqueológico, Carlos Bessa, despacha-o para a sua chefia com a indicação de que “a proposta arquitectónica do núcleo museológico deverá ser adaptada” devido ao “valor patrimonial das referidas estruturas”.

Dez dias depois, a 28 de Janeiro, a directora do departamento de Bens Culturais, Catarina Coelho, despacha a informação para um dos subdirec-

tores-gerais do Património, João Carlos Santos, que no mesmo dia também dá a sua concordância ao teor do documento. “Concordo. Deverá ser agendada reunião com o gabinete projectista para aferir as necessárias adaptações ao projecto, no sentido da preservação das estruturas arqueológicas postas a descoberto.”

Neste processo da Sé, João Carlos Santos é o topo da hierarquia na DGPC, uma vez que o arquitecto Adalberto Dias é casado com a directora-geral, Paula Araújo da Silva, que por esse motivo pediu escusa de todos os projectos que lhe digam respeito. Paula Silva só tomou posse em Janeiro de 2016, muito depois de o projecto do marido ter sido escolhido.

A reunião proposta por João Carlos

Os vestígios foram identificados durante a construção de um núcleo museológico da Sé que vai ficar nos claustros



Santos realiza-se um mês depois, a 27 de Fevereiro. Dela sai a decisão oficial de rever o projecto, que é vertida num *e-mail* enviado pelo subdirector-geral da DGPC ao arquitecto a 19 de Março: “No desenvolvimento do projecto, devem privilegiar-se tendencialmente soluções formais e construtivas que procurem preservar a integridade das ruínas arqueológicas”.

Entretanto, ainda em Novembro de 2018, o empreiteiro, a Ferroviária, apresenta um pedido de informação escrita para saber como proceder, uma vez que os muros “interferem com a execução do projecto aprovado”. Obtém a resposta de que “a equipa projectista não recebeu até ao momento qualquer pedido ou instrução por parte dos DO [donos de obra],

como da DGPC, para alteração do projecto. Assim sendo, deverá o empreiteiro cumprir com o projecto aprovado e concursado, devendo pois manter a programação normal de execução dos trabalhos previstos na empreitada.”

O impasse mantém-se até ao fim desse mês. Na reunião de obra de 21 de Novembro de 2018, o arquitecto reitera que continua sem ser notificado, “devendo o empreiteiro cumprir com o projecto aprovado”. As arqueólogas da DGPC comprometem-se a “terminar os trabalhos até ao final do mês de Novembro” e a “entregar o relatório técnico com a maior brevidade”. Perante este cenário, o empreiteiro toma uma posição: “Empreiteiro informa que não consegue cumprir o

projecto devido ao aparecimento dos achados arqueológicos em causa”.

Atrasos desde o início

Questionada acerca do longo tempo que o processo demorou, responde a DGPC que “desde a identificação das estruturas em causa foram desenvolvidos os procedimentos inerentes à alteração do projecto anteriormente aprovado, de modo a compatibilizar a salvaguarda dos vestígios entretanto identificados”.

O PÚBLICO contactou a Ferroviária, sem sucesso.

Já o cónego Francisco Tito, deão do Cabido da Sé, dono da obra, desvaloriza os atrasos. “Aquilo é um trabalho de filigrana”, justifica. “Numa zona onde se supunha que não havia nada,

apareceram uns muros. Havia duas hipóteses: musealizar as ruínas ou aterrar tudo. Não queremos que o passado prejudique o presente, mas não queremos que o presente esqueça o passado. O mundo não começou hoje”, declara.

Certo é que a empreitada está com atrasos praticamente desde o primeiro dia, como se constata nos documentos obtidos pelo PÚBLICO. Neles estão patentes vários desencontros entre os intervenientes, com sucessivas mostras de preocupação do arquitecto, do empreiteiro, da DGPC e da fiscalização com o decorrer dos trabalhos. “Estamos todos do mesmo lado”, diz Francisco Tito, considerando normal que haja discordâncias pontuais.

Mais preocupante para o cónego é o financiamento da obra, orçamentada em 4,1 milhões de euros. Quase dois milhões provieram de fundos europeus, cerca de um milhão saiu dos cofres do Estado e igual valor foi assegurado pelo Cabido através de um empréstimo bancário. Com os atrasos já verificados, e que atiram a conclusão das obras para o segundo semestre de 2020 – se não aparecerem mais surpresas –, o dinheiro pode escassear. “É possível”, admite Tito.

Este projecto de valorização das ruínas da Sé é já uma ambição antiga do patriarcado de Lisboa, que lançou há anos um concurso de arquitectura para esse efeito. Adalberto Dias ganhou-o, propondo a recuperação das “dimensões cultural, patrimonial e religiosa do claustro” com a colocação de uma laje sobre as ruínas encontradas por arqueólogos nos últimos 20 anos. O objectivo é que esses vestígios se tornem visitáveis e o claustro, por cima, possa ser percorrido.

Ruínas protegidas?

O novo projecto para o núcleo museológico foi aprovado a 27 de Setembro. “A revisão do projecto de arquitectura foi elaborada tendo em vista a salvaguarda da integridade das ruínas arqueológicas”, assegura a DGPC.

Mas as suas duas arqueólogas não concordam. Em dois pareceres emitidos também em Setembro põem a tónica na palavra “integridade” e propõem o chumbo do projecto porque ele “implica que todos os muros sejam parcialmente afectados (...) deixando de ser possível visualizar todos os compartimentos e deixando de se perceber a planta e a monumentalidade deste edifício islâmico”.

Na resposta ao PÚBLICO, Adalberto Dias não garante a salvaguarda dos vestígios na totalidade, dizendo apenas que “as afectações nas estruturas arqueológicas foram total e previamente identificadas antes da elaboração do projecto de revisão”. Semelhante resposta dá a DGPC, citando o despacho de João Carlos Santos: “O projectista, a pedido da DGPC, encontra-se a desenvolver as necessárias adaptações aos projectos de estabilidade (especialidades) e arquitectura, procurando a menor afectação das estruturas arqueológicas em causa.”